
Liberdade de informação no Brasil: O discurso negacionista de Jair Bolsonaro e as estratégias de desmobilização das agendas jornalísticas¹

Ester Marques²

Universidade Metodista de São Paulo

RESUMO:

Desde que se elegeu Presidente da república, Jair Bolsonaro aborda um discurso negacionista de ataque aos jornalistas que são responsáveis pela sua cobertura oficial no Palácio do Planalto como uma estratégia intencional de desmobilização das agendas jornalísticas e, por consequência, dos temas que fazem críticas à sua gestão. Ao mesmo tempo, as organizações jornalísticas contra-atacam com várias estratégias de resistência desde o aprofundamento do jornalismo investigativo até a crítica política para reenquadrar a sua própria agenda de informação diante dos ataques. Este artigo aborda algumas situações de insultos contra várias equipes de jornalismo ocorridas no período de outubro de 2019 a 30 de abril de 2020 e para a análise, são utilizadas a noção de campo de Pierre Bourdieu para caracterizar os espaços sociais diferenciados de ação que geram os conflitos pela busca de poder na perspectiva analítica de Maria Ceci Misoczky, as categorias da dinâmica de desmobilização tal como propostas por Daniel Reis Silva e as categorias de análise crítica do discurso (ACD) de Normam Fairclough.

Palavras-Chave: Liberdade de informação. Liberdade de imprensa. Categorias de desmobilização. Análise Crítica do Discurso.

Introdução

Nos últimos anos, nenhuma área de atuação esteve tão evidente do Brasil e no cenário internacional nos últimos anos como a da comunicação política e, mais estritamente, a do campo da comunicação envolvendo o jornalismo impresso e eletrônico e as redes sociais. Alguns fatores tem contribuído para a intensificação dessa visibilidade, mas o comportamento virulento do Presidente da República Jair Bolsonaro e dos seus apoiadores em relação ao trabalho de cobertura da imprensa. É fato que, embora ainda como deputado federal Jair Bolsonaro tenha tido um comportamento resistente aos

¹Trabalho apresentado no GP Comunicação, Mídias e Liberdade de Imprensa no XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

²Francisca Ester de Sá Marques é doutoranda no Programa de Ciências da Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, sob a orientação do Professor Doutor Ivan Paganotti. Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade de Brasília e Professora Adjunta do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Maranhão. Endereço: estermarquesma@gmail.com

jornalistas, é somente depois que toma posse como Presidente da República que ele inicia uma campanha violenta de ataques contra à imprensa que chama a atenção de organizações nacionais e internacionais como a francesa Repórteres Sem Fronteiras³ ou a americana Freedom House⁴ que passam a classificar o Brasil como um país de risco à liberdade de imprensa. Assim, à medida que os ataques aos jornalistas foram se tornando uma constante no discurso do presidente, mais a defesa dos meios de comunicação, do Estado democrático de direito e da liberdade de expressão foram se intensificando em instituições que defendem a democracia no país como o Supremo Tribunal Federal, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa e o Senado Federal.

Todo esse processo discursivo gera uma crise sem precedentes ao trabalho dos jornalistas que fazem a cobertura política do Palácio do Planalto e, conseqüentemente, do Presidente que a partir de uma agenda de desmobilização permanente e intencional ataca os profissionais e seus temas de abordagem. Há um padrão comportamental do Presidente que é constante quando rebate os fatos que descredibilizam o seu governo, defende interesses dos setores que apoiam a sua gestão ou ainda para desqualificar características pessoais dos jornalistas e dos seus órgãos de informação. Essas abordagens seguem sempre o mesmo padrão de virulência discursiva e preconceituosa, comportamento agressivo e misógeno.

As implicações internas e externas dessa crise tem causado repercussões nas principais organizações midiáticas no Brasil como a Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, o Globo e a TV Globo que se juntaram na crítica sistemática ao governo a partir do jornalismo investigativo, à exceção de alguns temas como a reforma tributária, a reforma administrativa ou ainda o apoio explícito ao ministro da economia Paulo Guedes..

Chamado recentemente de predador da liberdade de imprensa⁵, pela ONG Repórteres Sem Fronteiras Jair Bolsonaro é acusado de restringir a liberdade do exercício do jornalismo com a criação de estruturas de censura, detenção arbitrária de profissionais da mídia, incitação à violência e de impor uma repressão em massa da liberdade de imprensa. Segundo o relatório da RFS, Bolsonaro dificulta o trabalho dos jornalistas desde que assumiu a presidência, mas tornou isso mais evidente durante a pandemia

³Organização Repórteres Sem fronteiras. França/Brasil. Disponível em <https://rsf.org/pt/brasil>, 2021.

⁴Organização Freedom House. EUA. Disponível em <https://freedomhouse.org/2021>

⁵Campanha da ONG Repórteres Sem Fronteiras. Acessível em <https://rsf.org/pt/portraits/predator>

insultando, difamando e humilhando os profissionais com ataques preconceituosos e sexistas, racistas, religiosos, linguísticos e de orientação sexual.

Este comportamento do Presidente e de seus seguidores influenciou na queda de quatro pontos percentuais da posição do Brasil no ranking do Índice Mundial de Liberdade de Imprensa (WPI) divulgado anualmente como um indicador importante para medir a liberdade de imprensa no mundo pela Repórteres Sem Fronteiras. Segundo a entidade, a situação brasileira é pior do que a de outros países e esta no 111ª posição e entra para a faixa vermelha do ranking. O Brasil surge pela primeira vez na faixa vermelha (difícil) e justifica tal posição por conta dos insultos, da estigmatização e das humilhações públicas contra jornalistas. Por isso, a intenção deste artigo é abordar a retórica negacionista do Presidente contra os jornalistas que são responsáveis pela sua cobertura oficial no Palácio do Planalto. A utilização desse discurso é uma estratégia intencional de desmobilização das agendas jornalísticas e, por consequência, dos temas que fazem críticas à sua gestão. As organizações jornalísticas resistem a esses ataques com a intensificação de reportagens investigativas, com a sistemática crítica política e com o reenquadramento de sua própria agenda de informação em relação aos fatos. Esta abordagem conta com uma metodologia de pesquisa em que foram levantadas algumas situações de insultos contra várias equipes de jornalismo ocorridas no período de outubro de 2019 a 30 de abril de 2020 para serem analisadas à luz de alguns conceitos centrais tais como a noção de campo de Pierre Bourdieu, as categorias da dinâmica de desmobilização de Daniel Reis Silva e as categorias de análise crítica do discurso (ACD) de Norman Fairclough.

Disputa de poder e desmobilização midiática

A situação de risco em que vivem os jornalistas que trabalham diretamente com a cobertura do Presidente Jair Bolsonaro no Palácio do Planalto é uma realidade não somente para os profissionais da mídia, mas passou a ser um assunto de relevância para a preservação da liberdade de imprensa e para a autonomia do trabalho jornalístico como importantes para a legitimidade da informação e da formação da opinião pública. A quantidade de ataques contra os jornalistas e o nível de violência desses insultos demonstram uma intenção deliberada do Presidente da República em criar as condições de desmobilização da agenda midiática e, por consequência, da agenda pública para marcar um processo de disputa de poder em relação à imprensa e às outras instituições públicas como o Senado Federal e o Supremo Federal.

No contra-ataque deste processo, os meios de comunicação citados, além de outras instituições jornalísticas, passam a fazer «uma cobertura sistemática, contundente e ameaçadora mais intensa do que os partidos políticos de oposição no que se refere ao patrulhamento do governo», segundo o articulista do Observatório da Imprensa Carlos Castilho (2020). Esta é a primeira vez que estes veículos de comunicação, que lideram a agenda jornalística nacional, atuam de forma persistente na relação com o poder político federal assumindo um didatismo implacável na apresentação de evidências dos assuntos, na refutação das principais queixas do Presidente e no escancaramento da sua intimidade, completamente diferente da narrativa usual das reportagens feitas por esses meios de comunicação.

O antagonismo entre a imprensa e o Palácio do Planalto não é usual e nem fortuito, conforme destaca o mesmo articulista, que informa que esse tema faz parte de uma nova configuração política no país causada pela ascensão de grupos de extrema direita⁶ que ocuparam o vácuo deixado pela esquerda depois da saída do Partido dos Trabalhadores do poder. Mais do que interesses político/eleitorais específicos entre grupos de esquerda e grupos de direita, o que essa análise demonstra é um espaço de conflitos, cujas estruturas e valores têm a ver com visões de mundo antagônicas.

Por um lado, há o desprezo da extrema direita pela lógica tradicional da política calcada na coerência, na credibilidade, na ética, nas normas democráticas, nos direitos humanos e nos valores republicanos o que gera um clima de instabilidade e de incerteza política no país. Por outro lado, a imprensa não pode compactuar com este tipo de conflito pelo compromisso ético/político que possui em relação à Sociedade apesar de participar do establishment e de possuir um conjunto de compromissos que a ligam ao poder central. Por isto, «ela não tem opção fora do enfrentamento, mesmo que este implique um desgaste doloroso num momento em que a imprensa vive a sua pior crise dos últimos 200 anos, por conta das transformações causadas pela chegada das novas tecnologias digitais de informação e comunicação» (CASTILHO 2020, p. 02).

⁶Segundo o articulista, a tropa de choque do governo reúne desde grupos religiosos evangélicos até milicianos e grupos paramilitares, passando por uma ampla massa de pessoas desiludidas com o fim das vantagens obtidas nos 14 anos de lulismo. O binômio Bolsonaro/Olavo de Carvalho quer a dissolução das estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais e até ambientais integradas ao que se convencionou chamar de establishment, o que vai frontalmente contra tudo o que a grande imprensa sempre defendeu. Esses grupos reúnem o populismo armamentista de Jair Bolsonaro com o sectarismo ideológico de Olavo de Carvalho que lidera o comportamento de vários ministros do governo.

Esta disputa que, aparentemente, parece um jogo de palavras sem maiores consequências é, na verdade um processo deliberado de disputa entre dois campos de poder tal como formula Bourdieu (1996b, p. 265) citado por Misoczky (2003) quando ressalta que estes espaços são campos de lutas⁷ entre os detentores de diferentes formas de poder, um espaço de jogo em que os agentes e instituições possuidores de suficiente capital específico são capazes de ocupar posições dominantes dentro de seus campos respectivos, e confrontar os demais utilizando estratégias voltadas para preservar ou transformar as relações de poder (MISOCZKY 2003, p. 16).

Nessa disputa, os atores agem, se enfrentam e se influenciam segundo certas regras reconhecidas entre os pares, com lugares antagônicos individuais e enfrentamentos coletivos em função das posições que os agentes assumem e que lhe dão visibilidade no espaço social. «A posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse

5 Segundo o articulista, a tropa de choque do governo reúne desde grupos religiosos evangélicos até milicianos e grupos paramilitares, passando por uma ampla massa de pessoas desiludidas com o fim das vantagens obtidas nos 14 anos de lulismo.

O fator Bolsonaro

Desde que assumiu o governo em 2018, a partir de um discurso profundamente polarizado em relação ao seu principal adversário, o Presidente Jair Bolsonaro utiliza uma retórica antissistema que conflui para um discurso negacionista com destaque para temas como a contestação da corrupção, das pautas identitárias e dos direitos dos trabalhadores, a contraposição ao PT, ao comunismo, à ascensão da direita conservadora, sobretudo, da classe média, conforme análise de Maia (2020). Por sua vez, Solano (2019) ressalta que a vitória de Bolsonaro em 2018 é pautada pela retórica antissistema e a instrumentalização dos anseios de renovação política, pelo louvor a uma justiça messiânica, pelo antipartidarismo, pelo antiesquerdismo, pela visão do adversário político como inimigo a ser aniquilado, pelo anti-intelectualismo, assim como por um forte conteúdo anti-igualitário.

⁷Para Bourdieu, um campo é composto por um conjunto de relações históricas e objetivas ancoradas em certas formas de poder. Já para Waquart, os princípios delimitam um espaço social estruturado em que agentes lutam, dependendo das posições que ocupam no campo, seja para mudar, seja para preservar os seus limites e formas. A questão do limite de campo é difícil simplesmente porque ele é sempre objeto de disputa no próprio campo. Os participantes do campo trabalham para se diferenciar dos seus rivais mais próximos, para reduzir a competição e estabelecer um monopólio sobre um subsector particular do campo (MISOCZKY 2003, p.14).

Tal como em outros países, Bolsonaro surge na cena política nacional como um candidato da extrema-direita capturando o sentimento de frustração e desesperança da sociedade pós-impeachment e se apresentando com um discurso de renovação sobretudo em função de alguns fatores que geram a insegurança social no período como as crises do desemprego e dos migrantes, a perda de poder aquisitivo, a falta de perspectivas no futuro, a falência da política e dos partidos tradicionais e a perda dos direitos garantidos no período Lula. Ele investe na política da negação contra tudo o que vinha sendo apresentado na política como tradicional e, ao mesmo tempo, estimula o surgimento de um movimento patriótico que desde o impeachment de 2016 vinha sendo manifestado nas ruas e que tomou forma nas fake news.

Apresentando-se como um candidato outsider, fora do jogo político, Bolsonaro é o messias que surge como o salvador da pátria para resolver a crise política nacional com ética, honestidade e autenticidade. A criminalização petista com o aparecimento da operação Lava Jato e os consequentes escândalos de corrupção resultam numa simbiose que Solano destaca como «a simbiose entre petismo, esquerdismo e comunismo» (CASTILHO, 2019, p. 312). Ele consegue captar o anseio popular contra o sistema político e contra o fazer político numa visão dualista e moralista da justiça, e para isso, a política além de negada é combatida por causa da corrupção constante dos partidos e seus representantes.

Assim, a trajetória de Bolsonaro é erguida e potencializada, segundo Solano, na negação das diferenças políticas e na moralização do debate público, apresentando os 7 adversários como inimigos não só da ordem política, mas também da ordem moral e religiosa. «O outro é o negativo absoluto, o mal, aquele que ameaça a minha forma de existência e que, portanto, deve ser exterminado» (CASTILHO, 2019, p. 317). É um apelo contínuo ao medo e a manipulação dos afetos negativos como um instrumento político, ao mesmo tempo, em que uma agenda com temas como a meritocracia, o esforço pessoal, a existência da família tradicional cristã, o menosprezo pelas pautas identitárias, um comportamento agressivo e a liberdade de expressão para contestar os movimentos coletivos de direitos humanos aparecem como fatores do avanço bolsonarista e da extrema-direita na busca pelo poder no Brasil.

Na construção desse discurso, todos os movimentos de avanços e conquistas de vários grupos são considerados como uma ameaça à estrutura de poder proposta e «a liberdade de expressão se coloca como um direito inalienável contra uma suposta ditadura

do politicamente correto dos movimentos identitários» (CASTILHO, 2019, p. 317). A negação das diferenças e a exaltação de um pensamento único e brutalizado completam o cenário que se pretende popular, baseado na militância dos grupos apoiadores e nas respostas alternativas para o futuro. Para a autora «o fenômeno Bolsonaro e a extrema-direita mundial, com suas candidaturas enormemente esvaziadas de propostas programáticas e arquitetadas na política da inimizade e do grito, têm uma força simbólica enorme, estão mobilizando valores de forma inegavelmente eficaz. A extrema-direita seduz porque comunica com aspectos emocionais» (CASTILHO, 2019, p. 320).

No entanto, esse projeto de disputa de poder tem sido contrariado pelos meios de comunicação, pelos analistas políticos e pelos outros poderes o que leva o Presidente a promover discursos de ódio contra o poder judiciário e legislativo, e contra a imprensa em particular, em tentativas constantes para desacreditar a natureza do trabalho dos jornalistas, dos juízes e dos parlamentares tradicionais ou opositores sem quaisquer perspectivas de diálogo. Nesse embate, esses atores tem acentuado o tom das críticas em favor da democracia, da cidadania, do estado de direito, da liberdade de expressão e de imprensa num contraponto ao avanço do discurso negacionista do Presidente.

Metodologia

Este artigo utiliza as categorias de desmobilização e análise crítica do discurso para analisar, segundo Silva (2019, p.14), as práticas marcadas por apelos discursivos voltados para desmobilizar os públicos e que operam segundo as mesmas lógicas que aquelas que visam mobilizar os sujeitos, porém orientadas por uma valência oposta ao lidar com as condições coletivas de produção de conteúdo. Para fundamentar a sua perspectiva de análise ele parte de Jean Grunig (1997) para quem os públicos, geralmente, estão desconectados da realidade mas que, por meio da experiência são afetados pelos comportamentos organizacionais e, deste modo, possuem potencial para se transformar em coletivos dispostos a agir na defesa de seus interesses. «O autor aponta que os públicos são formados a partir do reconhecimento de que algum aspecto da atuação de uma organização causa problemas e os prejudica. Munidos dessa impressão, os indivíduos se organizam para pressionar empresas ou governos, demandando intervenção e regulamentações» (GRUNIG, 1997, p. 9).

Na perspectiva do autor tendo como base a teoria dos públicos de John Dewey (1954), ao evoluir e atuar na sociedade os públicos tem a capacidade de criar constrangimentos e ameaçar a autonomia das organizações a partir de quatro

categorizações. A primeira é o não-público, consistindo dos sujeitos que não estão cientes de como são afetados pelo problema. A segunda é a de públicos latentes, formados por pessoas que reconhecem que são impactados pelo problema, mas não percebem a situação como problemática. Em seguida há os públicos conscientes, que não apenas entendem o problema que lhe afeta, problematizam a situação, mas não agem no sentido de intervir em sua solução. Por último, existem os públicos ativos, que se percebem como afetados por uma transação e a reconhecem como problemática, agindo no sentido de intervir em seus rumos. Assim, da mesma forma que a dinâmica de mobilização⁸ fundamentada por Henriques (2013), também a dinâmica de desmobilização tem o objetivo de constranger e limitar a movimentação dos atores sociais dificultando tanto as suas intervenções voltadas para alterar uma situação quanto o seu engajamento em dinâmicas de convocação de outros sujeitos – ou seja, em processos de mobilização centrados no compartilhamento de discursos e na construção de uma causa coletiva. Para Silva, uma proposta teórica sobre a desmobilização deve entender o fenômeno como uma dinâmica comunicativa orientada para a criação de entraves capazes de frear e enfraquecer a formação e ação desses sujeitos.

Nessa perspectiva, ele propõe quatro categorias de análise de desmobilização para demonstrar que um problema pode ser desconstruído discursivamente para não ser pensado como concreto, para dar a ilusão de não ser de interesse público, para parecer que não tem solução e, mais ainda, para dar a impressão de que os valores propostos não são importantes para a Sociedade nesse contexto. «Essas lógicas visam, em última instância, bloquear o potencial de movimentação daqueles agrupamentos, criando constrangimentos capazes de evitar que os mesmos se formem, cresçam e ganhem protagonismo. Em síntese, são práticas que, por meio de apelos discursivos, almejam tornar as pessoas menos dispostas a fazer parte de um determinado público» (SILVA, 2019, 14).

⁸Na dinâmica da mobilização, o autor destaca que a primeira condição de coletivização é a concretude de um problema tal como formulada por Henriques (2013). Ele destaca como a formação de públicos ao redor de uma causa depende do reconhecimento daqueles sujeitos sobre a existência de aspectos problemáticos em uma situação. A segunda condição de coletivização, ou seja, o caráter público do problema, é fundamental para que as pessoas possam compreendê-lo em sua dimensão coletiva no processo interativo. A terceira condição está relacionada com a dimensão da ação. Finalmente, a quarta condição está vinculada à existência de sentidos mais amplos acionados por aquela causa. Tal aspecto se relaciona principalmente com a tentativa de posicionar um público e suas ações no interior de quadros valorativos socialmente aceitáveis, demonstrando para os sujeitos um sentido moral na proposta de atuação do grupo (HENRIQUES 2013, pgs 27-31).

Estas categorias de análise permitem comparar os insultos feitos pelo Presidente Jair Bolsonaro contra as várias equipes de jornalistas que cobrem o Palácio do Planalto em situações públicas no período de agosto de 2019 a 30 de abril de 2020 como uma prática intencional de desmobilização de determinados assuntos que vieram à tona e que descredibilizam a gestão do presidente. De um modo geral, a prática de desmobilização possui algumas características comuns a todas as situações que é uma sistemática lógica da desmoralização desenvolvida por estratégias tais como o fator surpresa, o desvio violento da atenção sobre o enfoque abordado, o ataque ao discurso politicamente correto para não prestar contas à Sociedade como no caso da crise sanitária causada pela Pandemia da COVID 19 ou as tentativas de desconstrução dos temas abordados.

Multifacetados, estes ataques seguem uma estratégia cada vez mais estruturada de ataques verbais, insultos difamações, ameaças e agressões físicas cujo objetivo é semear a desconfiança ao trabalho dos jornalistas, destruir a credibilidade da imprensa e, por consequência, fragilizar a liberdade de imprensa e, gradualmente, construir a imagem de um inimigo comum ao espalhar o ódio junto à opinião pública. Na lógica da desmoralização, «a negação de conflitos sociais, políticos e econômicos resulta da recusa em reconhecer as desigualdades sociais e as distintas formas de exclusão, estigmatização e exploração como problemas coletivos o que acarreta a impossibilidade de discutir e criar soluções para essas desigualdades. Não falar sobre o problema, negar o racismo estrutural, o machismo, a misoginia, a LGBTfobia, entre tantas outras pautas identitárias ocorre, muitas vezes como um ataque à regulação discursiva e ao desprezo pelo chamado politicamente correto» (SILVEIRA & MAIA 2020, p.2).

Esse é um raciocínio, na opinião de Silva (2019, p.14) que amplia significativamente as possibilidades do conceito de desmobilização, criando bases para compreender como determinadas práticas podem intervir no processo de disputas de sentido e enfraquecer a movimentação de públicos. Não se trata, assim, apenas de fazer com que um sujeito não entenda uma situação como problemática já que é possível construir apelos capazes de desmotivar os sujeitos sugerindo a falta de um horizonte de ações possíveis ou demonstrando que um problema não é passível de solução (ou que a solução proposta por determinado grupo é ineficiente), ou mesmo pela desmoralização daquele público. Para o autor, essas lógicas visam, em última instância, bloquear o potencial de movimentação dos agrupamentos, criando constrangimentos capazes de evitar que os mesmos se formem, cresçam e ganhem protagonismo. Em síntese, são

práticas que, por meio de apelos discursivo, almejam tornar as pessoas menos dispostas a fazer parte de um determinado público.

Essa é a mesma lógica da análise crítica do discurso (ACD) de Norman Fairclough para quem as práticas sociais funcionam como uma rede interconectada por estruturas e por ações. «Por um lado, é uma maneira relativamente permanente de agir na sociedade, determinada por sua posição dentro da rede de práticas estruturadas; e, por outro, um domínio de ação social e interação que reproduz estruturas, podendo transformá-las. Todas são práticas de produção, arenas dentro das quais a vida social é produzida, seja ela econômica, política, cultural ou cotidiana» (FAIRCLOUGH, 2012, p.308). Estas práticas, segundo o autor, estão fundamentadas por uma semiose, isto é, pela parte irreduzível dos processos sociais materiais que incluem todas as formas de produção de sentidos (imagens, língua e linguagem corporal) e, por isso, atuam nas representações dos atores sociais no curso de suas atividades e no curso das atividades de outros atores recontextualizando-as e incorporando-as às suas próprias representações.

Além disso, os atores sociais produzem representações de modo distinto, dependendo da posição que eles ocupam dentro de suas práticas ou de suas posições particulares. Os atores sociais posicionados diferentemente veem e representam a vida social de modo distinto, com discursos e estilos distintos, conforme as identidades que ocupam num determinado momento e situação (2012, p.310). Em sendo assim, as práticas inter-relacionadas constituem a ordem social que, semioticamente, também constitui a ordem de discurso. Conforme refere o autor, «uma ordem de discurso é uma estruturação social da diferença semiótica, uma ordenação social particular das relações entre os vários modos de construir sentido, isto é, os diversos discursos e gêneros. Um aspecto dessa ordenação é a dominância: algumas maneiras de construir sentido são dominantes ou estão em voga para certas ordens de discurso; outras são marginais, subversivas, alternativas» (FAIRCLOUGH, 2012, p.310).

Assim, da mesma forma que a metodologia de Silva identifica o que é ou não problema também a ACD de Fairclough é uma proposta de ciência social crítica, projetada para mostrar problemas enfrentados pelas pessoas em razão das formas particulares de vida social, fornecendo recursos para que se chegue a uma solução, a partir da identificação dos obstáculos a serem superados. A partir destas duas perspectivas, a intenção desta parte do trabalho é desenvolver um exercício empírico capaz de apontar para o potencial das condições de desmobilização em pesquisas da área de comunicação

tal como considera Silva. A ideia é observar como as condições de desmobilização são incorporadas nos discursos do Presidente Jair Bolsonaro, principalmente, a utilização dos apelos discursivos usados sistematicamente contra a imprensa, apresentados no quadro abaixo que busca sete situações de ataques realizados no período proposto de agosto de 2019 a abril de 2020⁹ conforme a tabela abaixo:

Data	Assunto	Recorte	Veículo	Pergunta	Ataque
23/08/2019	Esquema de lavagem e desvio de recursos públicos	Esquema das rachadinhas-Queiróz havia transferido 27 cheques no valor de R\$ 89 mil reais das rachadinhas	Jornal O Globo	Presidente, por que sua esposa, Michelle, recebeu R\$ 89 mil de Fabrício Queiróz?	"Vontade de encher tua boca com porrada, tá? Seu safado".
23/08/2019	Esquema de lavagem e desvio de recursos públicos	O filho Flávio está sendo investigado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro	Jornal o Globo	O repórter perguntou o que deveria ocorrer com o seu Flávio caso se comprovasse que ele cometeu crime	"Você tem uma cara de homossexual terrível. Nem por isso eu te acuso de ser homossexual. Se bem que não é crime ser homossexual".
29/10/2020					"Canalhas, patifes, querem acabar com o Brasil. (...) O jornalismo que vocês fazem é podre, canalha, sem escrúpulos! Vocês não prestam! Não prestam! Vocês só publicam mentiras!"
07/01/2021	Pandemia da COVID 19	O Presidente é acusado pela imprensa pelo número de casos do	Vários veículos	O Presidente é acusado pela imprensa pelo número de casos do	A imprensa é responsável pelo pânico no país e pela perda de vidas durante a pandemia, uma vergonha nacional"

⁹Esse recorte faz parte de uma pesquisa maior do meu projeto de doutorado cujo título é Liberdade de imprensa e liberdade de expressão na mídia brasileira. O discurso político do Presidente Jair Bolsonaro contra e a favor da imprensa: Da campanha de 2018 aos dias atuais nos jornais Folha de São Paulo, O Estado e o Globo

		coronavírus no Brasil		coronavírus no Brasil	
27/01/2021	Licitação de compras de latas de leite condensado para o Ministério da Defesa	O alto valor cotado por unidade de leite condensado e o uso delas pelas forças armadas	Vários veículos	O que o Presidente achava da compra superfaturada	Os jornalistas podem ir “pra a puta que o pariu” e “é para encher o rabo de vocês da imprensa, essas latas de leite condensado”
18/02/2020	Comissão Parlamentar de inquérito sobre as fake news	Um ex-funcionário fez u relato falso na comissão e foi endossado pelo filho Eduardo Bolsonaro	Folha de São Paulo	A repórter Patrícia Campos pediu uma declaração dele sobre o fato	Ela queria dar um furo! A qualquer preço contra mim. O filho Eduardo observou que a repórter teria se insinuado sexualmente para ele
30/04/2021	Pandemia COVID 19	Ele foi indagado sobre o número de mortes na pandemia	Jornal O Globo-TV Globo	Foi indagado sobre o aumento de casos do Coronavírus no Brasil	E daí. Os repórteres “insistem em fazer perguntas idiotas”. “Essa imprensa lixo chamada Globo. Ou melhor, lixo dá para ser reciclado. Globo nem lixo é, porque não pode ser reciclada”

Considerando as categorias que Silva propõe, isto é, o problema (a) não é concreto, (b) não é de interesse público, (c) não é passível de solução e (d) não é embasado em valores mais amplos a pesquisa observou que:

a-) O problema não é concreto: Em nenhum dos casos, o Presidente Jair Bolsonaro assume os problemas colocados pelos jornalistas como concretos, reflete sobre eles ou propõe alguma solução. No seu discurso negacionista, ele desvia intencionalmente o foco da discussão com os ataques diretos (insultos, humilhações e ameaças vulgares) aos jornalistas ou aos veículos de imprensa ou ainda a outro poder para não ter que prestar contas sobre o que as notícias trazem à tona. Algumas estratégias discursivas são comuns à retórica bolsonarista tais como a desconstrução narrativa dos fatos abordados com apelos emotivos; a reelaboração discursiva das notícias com informações retiradas de

outros contextos a partir de posts fictícios; o desvio da abordagem presencial com perguntas pessoais e insultuosas ou ataques diretos aos profissionais («vontade de encher tua boca com porrada tá? seu safado»[23/08/2019] ou «ela queria dar um furo! A qualquer preço contra mim» [18/02/2021]).

b-) Não é de interesse público: Em todos os casos selecionados, o Presidente usa um discurso antagonista para desacreditar o trabalho da imprensa num total desprezo pelo trabalho jornalístico. Parte da estratégia do desvio do foco das coberturas é a disseminação de notícias falsas (fake news) como etapa do processo sistemático de desinformação, assim como o linchamento online dos profissionais dos meios de comunicação tradicionais nas redes sociais ao classificar a imprensa como inimiga do Estado. Na desconstrução das agendas jornalísticas, ele acusa os jornalistas de superestimar a gravidade dos assuntos e de semear o pânico na opinião pública ao mesmo tempo em que incentiva todos os tipos de censura contra a imprensa. («Canalhas, patifes, querem acabar com o Brasil (...) o jornalismo que vocês fazem é podre, canalha, sem escrúpulos! Vocês não prestam! Não prestam! Vocês só publicam mentiras» [29/10/2020]. É importante ressaltar que a retórica do Presidente é vazia e sem nenhuma contextualização argumentativa que a justifique. Por isso, entre um ataque e outro, ele faz um intervalo de tempo para deslocar/suspender a narrativa e voltar a atacar com ênfase no ataque em si e não no fato que o originou. Isso é explícito no texto «... acabar com o Brasil (...) o jornalismo que vocês fazem...». «os jornalistas podem ir para a puta que o pariu ou é para encher o rabo de vocês da imprensa, essas latas de leite condensado» [27/01/2021]).

c-) Não é passível de solução: O Presidente não propõe nenhuma solução sobre qualquer tema porque ele se recusa a falar dos assuntos que são politicamente corretos ou que fazem crítica à sua gestão. A negação dos conflitos sociais sobre temas como racismo estrutural, a LGBTfobia, a misoginia e o machismo demonstram a aversão do Presidente pelo politicamente correto contrariando qualquer regulação discursiva. («A imprensa é responsável pelo pânico no país e pela perda de vidas durante a pandemia, uma vergonha nacional» [07/01/2021]). Neste caso, o Presidente sugere que a responsabilidade pelos problemas do país é da imprensa que o atrapalha e o prejudica na gestão presidencial. Há, portanto, um deslocamento na modalização do discurso entre um agente passivo (O Presidente) para um agente ativo (a Imprensa) como forma de responsabilização da ação política.

d-) Não é embasado em valores mais amplos: Toda a modulação do discurso do Presidente está fundamentada por uma retórica belicosa e grosseira e a apelos de desalinhamento moral, na qual o eixo de questionamento deixa de ser os problemas ou suas soluções, passando para os valores morais compartilhados por seus públicos. A tentativa de criar entraves e enfraquecer a imprensa está relacionada com a desmoralização dos profissionais deste campo, o que significa a demonstração (ou mera sugestão) de seu desalinhamento com valores sociais correntes a partir de um princípio valorativo: a de que a imprensa é inútil e que só produz rumores e mentiras constantes. («Você tem uma cara de homossexual terrível. Nem por isso eu te acuso de ser homossexual. Se bem que não é crime ser homossexual» [23/08/2019]; «E daí. Os 14 repórteres insistem em fazer perguntas idiotas. Essa imprensa chamada lixo chamada Globo. Ou melhor, lixo dá para ser reciclado. Globo nem lixo é porque não pode ser reciclada» [30/04/2021]). Aqui, o Presidente faz questão de distanciar o seu discurso do discurso da imprensa julgando o que considera os seus valores morais como a LGBTfobia, o machismo ou a sua visão conservadora da imprensa. Ele explicita no discurso não somente uma narrativa, mas sobretudo, as suas intenções discursivas, ou seja, a sua imagem das pessoas ou das instituições, cuja modalização é representada por clichês autoritários e categóricos.

Considerações Finais

Mais do que confirmar a retórica bolsonarista com os exemplos citados neste artigo o que é importante na análise é demonstrar como algumas características típicas de sociedades democráticas são particularmente estruturantes para o exercício da liberdade de imprensa. Por isso, a análise feita a partir da noção de campo como um espaço de poder na perspectiva de Bourdieu (1996a) funciona como um processo deliberado de disputa de narrativas entre o Presidente e a Imprensa em que os atores agem, se enfrentam e se influenciam segundo certas regras reconhecidas entre os pares, com lugares antagônicos individuais e enfrentamentos coletivos em função das posições que assumem e que lhes dão visibilidade no espaço social.

Essa disputa sugere que os atores possuem capital específico suficiente para ocupar posições dominantes dentro de seus campos respectivos, e confrontar os demais utilizando estratégias voltadas para preservar ou transformar as relações de poder. São nesses espaços de disputas que as estratégias de mobilização/desmobilização surgem para legitimar ou deslegitimar as narrativas que se confrontam no espaço público em valências

opostas como refere Silva (2019), conforme as condições coletivas de produção dos conteúdos e a recepção propostas pelos públicos atingidos.

Referencias

- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papius, 1996^a.
- BOURDIEU, P. **Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: DIFEL: Bertrand Brasil, 1989.
- CASTILHO, Carlos. **Imprensa e Bolsonaro**: o que está em jogo na batalha pela opinião pública. Observatório da imprensa, edição 1089. Acessado 26 de maio de 2021. Disponível em <https://rsf.org/pt/campanhas/verdade-nua-rsf-lanca-campanha-pela-defesa-do-direito>
- DEWEY, J. **The public and its problems**. Ohio: Swallow Press Books, 1954
- HENRIQUES, M. A dinâmica da comunicação para a mobilização social nas práticas da extensão universitária. Interfaces - Revista de Extensão, v. 1, n. 1, p. 24-34, jul./nov. 2013.
- FAIRCLOUGH, Normam. **Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica**. Trad. Iran Ferreira de Melo. São Paulo. USP: Linha d'Água, n. 25 (2), p. 307-329, 2012
- MAIA, Rousiley C.M. & SILVEIRA, Bruna. **Negação e reconhecimento das diferenças: as reações ao politicamente correto entre apoiadores de Bolsonaro e Haddad no período eleitoral de 2018**. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. XXIX Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS, 23 a 25 de junho de 2020.
- MISOCZKY Maria Ceci A. **Implicações do uso das formulações sobre campo de poder e ação de Bourdieu nos estudos organizacionais**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Revista de Administração Contemporânea, vol. 07, edição especial, 2003: 09 -30.
- Organização Repórteres Sem fronteiras**. França/Brasil. Disponível em <https://rsf.org/pt/brasil>, 2021. Organização **Freedom House**. EUA. Disponível em <https://freedomhouse.org/>
- SENRA, Ricardo. **Vídeo sobre ataques de Jair Bolsonaro**. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52553647>. Acesso em 05 de maio de 2020.
- SILVA, Daniel Reis. **Dinâmicas de desmobilização: a criação de entraves aos processos de formação e movimentação de públicos**. In: Anais do XXVIII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2019. Disponível em <http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos>
- SOLANO, Esther. **A bolsonarização do Brasil**. In: Vários autores, Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, p. 307- 322, 2019